

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS – SGP -MP

RESENHA DE MATÉRIAS DE GESTÃO DE PESSOAS
PERÍODO DE 28 DE AGOSTO A 1º DE SETEMBRO DE 2017

OBSERVAÇÕES

1) Passe o cursor sobre o número do ato para ter acesso ao link e ler o arquivo na íntegra.

2) Caso não tenha instalado Adobe Acrobat Reader em seu computador, você poderá instalá-lo gratuitamente clicando no endereço: <http://www.adobe.com>

ATOS DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

PODER EXECUTIVO

[DECRETO Nº 9.149, DE 28 DE AGOSTO DE 2017](#) - Cria o Programa Nacional de Voluntariado, institui o Prêmio Nacional do Voluntariado e altera o **[Decreto nº 5.707](#)**, de 23 de fevereiro de 2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **[DOU de 29 de agosto de 2017, seção I, pág. 6.](#)**

PODER LEGISLATIVO

[LEI Nº 13.478, DE 31 DE AGOSTO DE 2017](#) - Altera a **[Lei nº 9.394](#)**, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer direito de acesso aos profissionais do magistério a cursos de formação de professores, por meio de processo seletivo diferenciado. **[DOU de 31 de agosto de 2017, seção I, pág. 2.](#)**

ATOS ELABORADOS PELA SGP-MP

<https://conlegis.planejamento.gov.br>

[NOTA TÉCNICA Nº 5058/CGPRE/DEREB/SGP/MP](#) - Perícia médica. Orientação quanto aos procedimentos a serem adotados no caso de servidor que se encontra afastado por mais de dois anos em licença para tratamento de saúde em localidade distinta de seu exercício.

NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS



INFORMATIVO JURISPRUDÊNCIA Nº 0608 PUBLICAÇÃO DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

[RMS 36.064-MT](#), DIREITO ADMINISTRATIVO. Concurso Público. Teste de aptidão física. Modificação na ordem de aplicação das provas. Prévia divulgação por edital complementar. Isonomia. Legalidade. Rel. Min. Sérgio Kukina, por unanimidade, julgado em 13/6/2017, DJe 22/6/2017.

BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA Nº 185 – PUBLICAÇÃO DE 28 DE AGOSTO DE 2017

Acórdão 7201/2017 Segunda Câmara (Pensão Civil, Relator Ministro Aroldo Cedraz). Pessoal. Pensão civil. Invalidez. Filho. Transitoriedade. Perícia médica. A pensão civil concedida a filho maior inválido tem caráter temporário, sujeita a verificação periódica dos critérios de atendimento das condições de concessão.

BOLETIM DE PESSOAL Nº 48 – PUBLICAÇÃO DE 23 DE AGOSTO DE 2017

Acórdão 1468/2017 Plenário (Pensão Civil, Revisor Ministro-Substituto Weder de Oliveira) Pensão civil. Menor sob guarda ou tutela. Dependência econômica. Genitor. É ilegal a concessão de pensão estatutária a menor sob guarda se os seus genitores dispuserem de condições materiais para manter o seu sustento, pois a dependência econômica do beneficiário em relação ao instituidor é condição essencial para o deferimento da pensão.

Acórdão 5240/2017 Primeira Câmara (Admissão, Relator Ministro Benjamin Zymler) Cargo público. Redistribuição de pessoal. Reciprocidade. Requisito. A redistribuição por reciprocidade é admitida em caráter excepcional, desde que atendidas as seguintes condições: a) preenchimento dos requisitos do art. 37 da [Lei 8.112/1990](#), em especial o interesse da Administração, que deve estar devidamente comprovado nos autos do processo administrativo; b) inexistência de concurso público em andamento ou em vigência para as especialidades dos cargos interessados na redistribuição, no caso de cargo vago; c) concordância expressa do servidor, no caso de cargo ocupado.

Acórdão 5242/2017 Primeira Câmara (Pensão Civil, Relator Ministro Benjamin Zymler) Pensão civil. Dependência econômica. Comprovação. Salário-mínimo. Nos termos da [Constituição Federal](#), o nível mínimo necessário para caracterizar a subsistência condigna e, portanto, a inexistência de dependência econômica para fins de benefício de pensão, é a percepção do salário mínimo, não se confundindo subsistência condigna com manutenção de padrão de vida.

Acórdão 5707/2017 Primeira Câmara (Pensão Civil, Relator Ministro Benjamin Zymler) Pensão civil. Dependência econômica. Comprovação. Invalidez. Filho. Presunção relativa. No caso de filhos inválidos, a dependência é presumida para fins da pensão prevista na [Lei 8.112/1990](#). Todavia, essa presunção é apenas relativa, podendo ser afastada por prova em contrário.

Acórdão 5729/2017 Primeira Câmara (Representação, Revisor Ministro Benjamin Zymler) Acumulação de cargo público. Irregularidade. Ressarcimento administrativo. Proventos. Vencimentos. Na acumulação ilícita de proventos e vencimentos, a restituição devida incide sobre os valores recebidos irregularmente a título de proventos, pois, tendo havido o efetivo labor no cargo em atividade, os vencimentos pagos constituem justa retribuição pelo trabalho realizado pelo servidor e sua restituição configuraria enriquecimento sem causa da Administração.

Acórdão 6105/2017 Primeira Câmara (Aposentadoria, Relator Ministro Benjamin Zymler) Tempo de serviço. Tempo de inatividade. Aposentadoria. Aproveitamento. Não é possível computar o tempo de inatividade para fins de nova aposentadoria após o advento da [EC 20/1998](#), a qual derogou o § 1º do art. 103 da [Lei 8.112/1990](#), mesmo aquele decorrido sob a égide da [EC 41/2003](#), uma vez que a contribuição do servidor inativo é inferior à do ativo e não há contribuição por parte da União, suas autarquias e fundações quando o servidor está na inatividade.

